

INFORMAÇÃO E CIDADANIA: necessidades e formas de busca por parte da mulher catarinense

INFORMATION AND CITIZENSHIP: needs and search by women of Santa Catarina State, BRAZIL

Maria de Jesus Nascimento¹

Resumo

Necessidade, formas de busca e uso da informação da mulher catarinense. Estudo desenvolvido junto à amostra setenta professoras da rede estadual de ensino médio, em quinze escolas de Florianópolis. Aplicou-se um questionário seguido de entrevista dando oportunidade às participantes de se expressarem livremente, sobre suas necessidades informacionais, enquanto mulher e professora. Em todas as escolas visitadas há biblioteca, mas apenas 32,3% das professoras consideram que esta atende às suas necessidades de informação. 81% das entrevistadas afirmaram ter computador em suas escolas, mas apenas 8% o usam como instrumento de pesquisa. O livro é a principal fonte de consulta e atualização. Apenas 13% conhecem bibliotecas, bases de dados, ou páginas da Internet que tratem de assuntos específicos sobre o gênero. 100% da amostra concordam que a informação pode ajudar a diminuir a discriminação e as diferenças sociais. Apesar de 80% delas se auto-consi-

¹ Doutora em Ciência da Informação. Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

derarem autônomas, apenas 30% têm poder de decisão no trabalho. Pode-se constatar que, mesmo no desempenho de uma profissão predominantemente feminina, as mulheres não têm poder de decisão. Conclui-se que é imprescindível: proporcionar maior facilidade de acesso à informação sobre o gênero; reestruturar as bibliotecas escolares; e implantar laboratórios de informática nas escolas, para que as professoras possam aplicar os recursos das novas tecnologias, em sua prática didática pedagógica, e para satisfazer suas necessidades de informação, possibilitando, assim exercerem sua profissão e cidadania com dignidade.

Palavras-chave

INFORMAÇÃO E GÊNERO

INFORMAÇÃO E CIDADANIA

MULHER CATARINENSE

NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO

PROFESSORA DE ENSINO MÉDIO

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história da humanidade, em diferentes países, a mulher sofre discriminação de diferentes formas, variando de cultura para cultura, de época para época, ou de grupo social para grupo social. A falta de formação e a desinformação são fatores cruciais que solidificam o papel de submissão que muita mulher segue assumindo perante os homens em diferentes sociedades.

É através da informação que se pode romper as barreiras sociais, culturais e institucionais, conscientizando a mulher de seus direitos, de se sua força e capacidade, erradicando a discriminação e pondo em pé de igualdade homens e mulheres.

Apesar de leis e projetos que defendem as questões femininas no Brasil, na opinião de Costa (2001), falta muito para que a desigualdade entre homens e mulheres seja superada, principalmente, os hábitos culturalmente adquiridos.

Nenhum país do mundo admite, oficialmente, a desigualdade salarial entre homens e mulheres para cargos iguais, no entanto, esta prática é uma realidade constante, até mesmo em países mais desenvolvidos, como França e Alemanha. No Brasil, segundo Toledo (2001), a mulher ganha em média 43% menos do que o homem e, as ocupações, quanto mais femininas, mas mal remuneradas.

A polemica da igualdade de direitos para homens e mulheres, é antiga. No que se refere à formação, segundo Várzea (2002), a primeira legislação relativa à educação feminina no Brasil, data de 1827, quando da criação das escolas elementares somente para meninas.

Em 1832 é publicado, no Recife, o primeiro livro brasileiro que trata dos direitos da mulher à instrução e ao trabalho: “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” de autoria de Nísia Floresta, pioneira do feminismo brasileiro do séc. XIX (DUARTE, 2001).

Em 1873 surgem as primeiras publicações periódicas femininas: O periódico “O sexo feminino” que alertava as mulheres da importância da educação e de sua participação na sociedade e consciência de seus direitos; e o “Jornal das senhoras”, primeiro jornal editado por mulheres no Brasil, que reivindicava aos homens igualdade de tratamento. Esses jornais, segundo Várzea (2002), eram demasiadamente elitistas, só para as “mulheres instruídas” e de classes economicamente favorecidas.

No século XX se solidificam muitos movimentos e ações em prol da mulher. Na década de vinte surgem as anarcofeministas, que pregavam a emancipação da mulher. Entretanto, como movimento social, segundo Pitanguy (2002), o feminismo, também chamado de “Movimento de Mulheres” se firmou no Brasil, só na década de setenta. Período da criação do “Ano Internacional da Mulher”, instituído, em 1975, pela *Organização das Nações Unidas - ONU*.

Na vida política, a mulher passa a ter direito ao voto, através do decreto no 21.076 de 24.02.1932, entretanto, de acordo com Michael (2000) e Simonetti (2000), ainda são poucas as mulheres brasileiras que exercem mandatos políticos.

Em Santa Catarina, apenas 5% dos deputados estaduais, e 4,8% dos vereadores de Florianópolis são do sexo feminino. E, como afirma Nascimento e Weschenfelder (2000, 2002), estes dados comprovam a marginalidade cultural da mulher na vida política ativa. Estes percentuais estão, inclusive, um pouco abaixo até dos de alguns países da África, como Guiné-Bissau onde 5,4 % dos cargos de decisão do poder político-judiciário, segundo Cardoso (2001), são exercidos por mulheres.

Em 1942, é fundada a “Frente única de mulheres”, e, um ano após, a mulher consegue o direito de trabalhar sem necessidade da autorização do marido. Em 1949, foi fundada a “Federação de Mulheres do Brasil”. Em 1962, foi suprido do código civil, o código da mulher casada, que a considerava menos capaz. Em 1967, elaborou-se a primeira constituição após a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, que garante a igualdade legal, sem distinção de sexo.

Em 1986, durante o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi criada a “Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora”, e só nas metas para o período de 1997 a 2000 se estabelece a estruturação das “Comissões Estaduais sobre a Mulher Trabalhadora” e a organização das mulheres nos ramos de atividades. (POLÍTICAS, 2002).

Na constituição de 1988, segundo Pitanguy (2001), diretora da Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA), a mulher alcançou vitórias significativas e espaços em nível governamental, quando, naquela época, foram criados os “Conselhos dos Direitos da Mulher”. Espaços esses que vieram a se solidificar na década de 90 com as Organizações Não-Governamentais - ONGS, nas quais a “militância informal é substituída pelo trabalho profissional”.

Em Santa Catarina, em 1999, foi criado o Conselho Estadual de Direitos da Mulher –CEDIM/SC, órgão colegiado, de caráter permanente, com a finalidade de promover políticas públicas que visem a eliminar a discriminação da mulher (SANTA, 1999).

Além dos vários marcos históricos, eventos, e criação de centros e ONGs referentes à mulher, nos últimos anos vem se proliferando, em várias universidades brasileiras, os centros de pesquisa sobre o gênero.

Para Ferreira (1997), os estudos sobre o gênero, só se solidificaram no mundo acadêmico na década de setenta, quando “pesquisadoras

feministas ousaram fugir do estigma de minorias e passaram a estudar a mulher cidadã”.

A partir de então, a produção de informação, sobre esta temática, tão emergente, vem se avolumando e, de certa forma, já se encontra organizada em acervos nacionais, alguns dos quais disponíveis na Internet.

“Marcas femininas na história” é o título do dicionário ilustrado Mulheres do Brasil, com a biografia de cerca de 600 personalidades femininas, das quais se incluem catarinenses famosas que fizeram a história (SHUMAER, 2000).

Proliferam-se também as traduções de publicações internacionais, que tratam de temas diversos, porém direcionados especificamente para a mulher, como por exemplo, o livro de Hollis (1996) que apresenta problemas femininos e de relacionamento familiar como causas de distúrbios alimentares.

A mais antiga e importante publicação, que apesar de incluir mulheres ímpias, também apresenta muitas mulheres de coragem e fé, é a Bíblia Sagrada. E para demonstrar a ação específica de Deus na história e na vida das mulheres, um heterogêneo grupo de mulheres americanas elaboraram a “Bíblia de Estudo da Mulher” (BÍBLIA, 2002).

Em 1979, foi criado o Centro de Informação da Mulher (CIM), Organização não Governamental (ONG), considerada entidade de utilidade pública municipal e estadual, cuja sede, em São Paulo, dispõe de uma biblioteca para consulta, atividades de informação e pesquisa. O acervo, entre outros materiais, conta com aproximadamente 7.000 títulos de livros nacionais e estrangeiros sobre a mulher e 500 títulos de periódicos produzidos por diferentes organizações de mulheres no país e no exterior. Além de promover eventos culturais, cursos etc. desenvolvem uma série de projetos, dos quais destacamos a Rede Feminista de Documentação no Brasil (REDOF), e o banco de dados sobre legislação e estatística sobre a mulher no Brasil (CENTRO, 2002).

Em 1980, é criada a Rede Mulher de Educação (RME), organização não governamental, sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo Brasil e desenvolve atividades de formação, pesquisa, comunicação etc. A RME tem como foco gênero e liderança e entre suas estratégias, salientamos a

“Educomunicação”: boletim bimestral Cunhary; comunicação para trabalho em rede; gênero e novas tecnologias etc (REDE, 2002).

Em 2001, foi criada a *Biblioteca Virtual da Mulher* (BVM), que divulga, entre outros temas referentes à mulher, informações comuns às áreas temáticas, ciência cultura e comunicação, gênero e educação etc (BIBLIOTECA, 2002).

No Brasil, várias são as iniciativas isoladas a respeito de criação e incremento de organizações, governamentais ou não, e acervos que tratam de temas referentes à mulher, no entanto, o ideal seria a criação de um conselho nacional ou ministério, que coordenasse todas as políticas e atividades referentes à mulher, a exemplo do “Conselho Nacional da Mulher da República Argentina”.

O governo da Argentina foi o primeiro do continente que fez um empréstimo ao *Banco Interamericano de Desenvolvimento* (BID), para implementar um programa nacional de fortalecimento institucional na área da mulher. *El Programa Federal de la Mujer* e entre outras atividades, instituiu um *Sistema Nacional de Informação da Mulher* (SNIM) (CONSEJO, 2002).

A mais recente iniciativa catarinense, realizada após o levantamento dos dados desta pesquisa, precisamente em novembro de 2002, foi a inclusão da cidade Joinville, juntamente com Manaus, Rio Claro e São Paulo no *site* www.consuladodamulher.com.br.

O projeto “Consulado da Mulher” é uma ação voluntária transformadora, que tem como objetivo pesquisar, selecionar, organizar e disponibilizar informações sobre temas de interesse das mulheres, e, se propõe a ser um espaço virtual que facilita o acesso à informação e estimula a cidadania da mulher brasileira (CONSULADO, 2002). Acrescenta-se ainda, que o Brasil será o primeiro país da América Latina a desenvolver um estudo sobre estratégias de governabilidade em gênero. Este estudo tem o apoio da *Comissão das Nações Unidas para América Latina e Caribe* (CEPAL).

Para possibilitar que o uso da Internet atue como fator de inclusão informacional e social, e não de exclusão, reitera-se a necessidade de um maior aprofundamento da análise da “relação entre informação/conhecimento e poderes instituídos e a possibilidade de mudanças sociais [...]” apontada por Araújo (2000).

Nascimento (2001) afirma que varia de sociedade para sociedade o nível de conscientização e abordagem da análise do gênero, assim como, variam de grupo para grupo, as necessidades, formas de acesso e uso da informação (informação verbal).

É vasta a literatura existente sobre as questões do gênero, movimentos feministas etc., tanto em nível internacional como nacional. No entanto, não se registra nenhuma pesquisa que tenha tido a preocupação de perguntar à mulher, quais as suas reais necessidades de informação para desempenhar seu papel político, profissional e social, no mundo atual.

Por outro lado, na área de biblioteconomia e ciência da informação, como bem afirmou Ferreira (1997), “estudos desta natureza não constituem uma realidade”, à exceção de alguns artigos que enfocam o domínio do sexo feminino na profissão, mas que não põem em relevância a questão do gênero.

Considerando a pouca ênfase que os tradicionais sistemas de classificação bibliográfica dão as questões do gênero, Nascimento (2000), elaborou um esquema, com base nas palavras-chave pertinentes ao temas referentes à mulher, abordados na *Internationale Frauenuniversität – IFU (Interantional Women’s University)*.

Se a categoria das bibliotecárias, ainda não atentou para a importância da questão do gênero em sua própria classe, não é surpresa que ainda não tenha estudado a análise do gênero em outras categorias. O que explica a total inexistência de estudos de usuário da informação enfocando a categorias de mulheres.

Uma das conclusões do Relatório de Desenvolvimento Humano da United Nations Development Programme (UNITED, 1977), no que se refere ao desenvolvimento do gênero, afirma que nenhuma sociedade dispensa a suas mulheres a mesma atenção que dispensa aos homens, e que tal desigualdade é proporcional ao nível de pobreza.

O preconceito com a temática feminina até entre as mulheres, como constatou Wolf (2002), coordenadora do comitê do *site* “Mulher Governo”, durante a realização da oficina para inclusão digital, realizada em Brasília. Para ela, a concepção antiquada de que “assunto de mulher é frívolo”, ainda permanece, mesmo no próprio gênero, pois a impressão que ficou foi de que “Uma mulher que busca novos horizontes, longe do contexto doméstico não pode interessar-se por coisas de mulher”.

A imagem preconcebida a respeito da análise do gênero, vista sempre com ideais de corporativismo ou feminista, é um espelho da sociedade machista e que não poderia deixar de ser também, embora em menor escala, nas instituições acadêmicas.

Como afirma Gouley (2001), acadêmicos e instituições educacionais de alto nível pensam que são liberais e de mente aberta. Muitos apóiam movimentos sociais, encorajam os princípios de democracia, e até mesmo ensinam e pesquisam a questão do gênero, mas permanecem em uma postura conservadora, onde a prática difere do discurso.

A ocupação de novos espaços e de espaços tradicionalmente ocupados por homens, segundo Abath (1998), evidentemente, envolve uma mudança profunda nas relações de gênero em que processos educativos deveriam desempenhar um papel pertinente.

Esta mudança vem ocorrendo, embora paulatinamente, e atingindo grupos de mulheres de setores mais seletos e em faixas etárias mais jovens. A exemplo disto, o Diretório dos grupos de pesquisas científicas e tecnológicas, maior base de dados nacional, mantida pelo *Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico* (CNPq), que registra 11.760 grupos de pesquisas, em levantamento recente, constatou um crescente aumento da participação feminina nas pesquisas, sobretudo na faixa etária entre 24 e 29 anos (CONSELHO, 2002).

De acordo como o CNPq, embora a hegemonia ainda seja masculina, chegando a representar o dobro das pesquisadoras acima dos 60 anos; dos 2.373 pesquisadores com até 29 anos de idade, 53% são do sexo feminino. Entretanto, observando-se os resultados deste levantamento em relação à liderança destes grupos, até 29 anos a maioria, 55,6% são líderes do sexo masculino e desta faixa etária acima as diferenças em termos de percentual em prol dos homens são bem mais significativas.

Educação e acesso à informação são direitos que não podem ser negados a nenhum ser humano. No entanto, a estrutura socioeconômica e política vigente, utilizando-se de seu sistema educacional, cristaliza valores, normas e idéias dominantes, visando a ajustar o indivíduo ao sistema. Neste contexto, o tratamento, acesso e uso da informação

sustenta a estrutura social e política, e, na opinião de Esmeraldo (1977), “a dimensão da força social do bibliotecário apresenta-se obscurecida”.

Considerando a importância da análise do gênero, voltada para a compreensão das relações entre gênero masculino e feminino e para a explicação das construções dos papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade, necessário se faz abordar, de forma sistemática, as reais necessidades, formas de busca e uso da informação, especificadas por gêneros que, seguramente, diferem em forma e conteúdo.

Influenciada pelos princípios postulados nos cursos da *Universidade Internacional da Mulher* (IFU, 2000), com sede na *Universidade de Hamburgo*, Alemanha, que criou a IFU virtual – www.vifu.de – e prega a possibilidade da mulher alcançar autonomia e igualdade de direitos através do acesso à informação; relevando idéias preconcebidas de feminismo, sem entrar no mérito da questão; tentando quebrar barreiras; e, principalmente, querendo contribuir para a construção da identidade feminina, com vistas a uma sociedade mais democrática e igualitária, pretende-se conhecer as reais necessidades de informação da mulher catarinense.

Portanto, considerando que a literatura sobre a mulher não registra nenhum estudo que tenha investigado suas necessidade, formas de busca e uso da informação, neste estudo, objetiva-se: traçar o perfil da categoria de entrevistadas, como cidadã; levantar as reais necessidades de informação, específicas do gênero; e, documentar as formas de acesso e uso da informação por parte da mulher catarinense no exercício de sua cidadania.

Para tal, utiliza-se como amostra, as professoras da rede pública de ensino médio do Estado de Santa Catarina. O tamanho da amostra e a escolha das escolas foram determinados em função da facilidade de acesso físico, da autorização da direção das escolas e da disponibilidade de tempo das participantes.

Desenvolve-se a pesquisa, em conformidade com o enfoque dos novos paradigmas, centrado na dimensão humana, onde o usuário da informação, segundo Pérez e Sabelli (1995), passa a ser elemento participativo da pesquisa, mais que um objeto de estudo.

Utiliza-se o método de estudo de usuário, classificado por Casado (1994), como do tipo direto, por envolver diretamente o usuário, isto é, a

aplicação de um questionário, seguido de entrevista, na amostra de uma categoria duplamente desfavorecida por ser mulher e professora.

O instrumento de coleta de dados, com questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas, admitiu que fosse dada mais de uma resposta para determinadas perguntas. Por outro lado, algumas professoras não responderam integralmente a todas as questões, o que não garante que todos os índices somem 100%. Também se deu oportunidade para que as entrevistadas, além de especificar suas reais necessidades de informação, se expressassem livremente sobre suas insatisfações e anseios informacionais enquanto professora e mulher.

Das quinze escolas visitadas, na região central de Florianópolis, com um total de setenta professoras entrevistadas, o maior número de entrevistas, 15,7% ocorreu no Instituto Estadual de Educação, o que se justifica por ser essa uma das maiores e mais central escola da rede estadual de ensino. Em seguida, tem-se os Colégios Celso Ramos, com 14,3%, Padre Anchieta, com 13%, e Henrique Stodiek, com 10%. As demais 47% entrevistas foram realizadas em onze escolas, cada uma com percentuais de 7% ou menos.

2 PERFIL DAS ENTREVISTADAS

No que diz respeito à caracterização pessoal das entrevistadas, a quase totalidade, 84,3% são catarinenses. Dezoito são de Florianópolis e quarenta e uma de vinte diferentes municípios. As de outras procedências, porém residentes no Estado, há vários anos, são quatro de São Paulo, quatro do Paraná e três do Rio Grande do Sul.

Para traçar o perfil das entrevistadas, os dados pessoais foram analisados, conforme Tabela 1, por estado civil, etnia e religião e pelas respectivas especificações: solteiro (solt), casado (cas), separado (sep), viúva (viu), branco (bran), negro (negr), mulato (mul), outros (outr); e católico (cat.), espírita (esp), evangélico (evan), e outros (outr.). Constatase, na Tabela 1, que há uma predominância de professoras na faixa etária de 31 a 40 anos, solteiras, de cor branca e católicas.

Tabela 1: Dados pessoais das entrevistadas

Idade	No	Estado Civil				Etnia				Religião			
		Solt.	Cas.	Sep.	Viu.	Bran	Negr	Mul	Outr.	Cat.	Espi.	Evan	Outr.
21-30	21	14	4	3	-	19	-	2	-	12	-	-	9
31-40	37	20	15	1	1	24	8	2	3	26	2	1	8
41-50	12	1	7	4	-	11	1	-	-	9	1	-	2
Total	70	35	26	8	1	54	9	4	3	47	3	1	19

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à escolaridade, todas têm nível universitário, 94,3% só têm graduação, 4,3% têm especialização e, apenas 1,4%, que representa uma professora, tem mestrado.

A maioria das entrevistadas, 72,9%, tem conhecimento de um ou mais idiomas estrangeiros. Foi constatado que quarenta e três professoras têm capacidade de ler em espanhol, mas destas, apenas vinte e oito falam este idioma. No entanto, vinte e quatro, lêem e falam inglês, e cinco, o francês. O que demonstra a capacidade de comunicação e o potencial destas para ter acesso à informação publicada fora das fronteiras brasileiras.

A grande maioria das entrevistadas, 80%, se considera autônomas para tomar decisões no lar, e 20% têm autonomia razoável. Entretanto, observa-se que 50% destas são solteiras e muitas moram só. Obviamente as únicas responsáveis pelas decisões do lar.

Estes dados baixam quando se referem à tomada de decisão no trabalho, 30% se consideram autônomas, aproximadamente 53% têm autonomia razoável, e 17% pouca autonomia. Os dados demonstram que mesmo no desempenho de uma profissão predominantemente do sexo feminino, as mulheres ainda não se sentem com total poder de decisão.

Metade das entrevistadas, 50%, têm entre 10 e 19 anos de experiência profissional, 45,7% têm entre um e nove anos, e 4,3% têm de 20 a 31 anos. 48,6% delas exercem o magistério para ajudar na renda familiar, 40% são o cabeça da família e 11,4% ganham para seu próprio sustento.

A maioria das entrevistadas, 70%, não considera justo o salário de professora, 22,9% consideram mais ou menos e 7,1% o acham justo. Entretanto, apenas 4,3% afirmaram que sua renda familiar é compatível com suas necessidades. As demais, para complementar a renda exercem outras atividades em diversos ramos como eletrotécnica, enfermagem, no setor de vendas de doces, cosméticos etc. A maioria além de considerar o salário injusto, se sentem desvalorizadas profissionalmente.

Apesar de preparadas e experientes, as entrevistadas, em geral, não são bem remuneradas. No caso, a insatisfação salarial é resultante mais da discriminação da categoria do que do sexo.

Quanto à participação em movimentos, associações etc., apenas 20% fazem parte voluntariamente de movimentos políticos, obras religiosas, associação profissional, sindicato etc. Não foi constatada a participação em movimentos ou grupos de mulheres. Questiona-se se esta omissão ocorre por falta de interesse, por parte das entrevistadas, em participarem ativamente de grupos de mulheres, se por inexistência dos mesmos em suas comunidades, ou, se por desconhecimento de causa e falta de informação.

2.1 INFORMAÇÃO SOBRE O GÊNERO

Apenas 13% das entrevistadas afirmaram conhecer bibliotecas, bases de dados ou páginas na Internet que tratem de assuntos referentes ao gênero. Mas nenhuma delas soube especificar o nome ou o endereço. Em geral afirmaram que fazendo consulta ao Yahoo, Bol, Tudo.com.br, etc. sempre tem um *link* para mulher. Duas citaram a biblioteca da mulher e o jornal da biblioteca da *Universidade do Vale do Rio dos Sinos* (UNISINOS) e uma citou as publicações do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (IBGE). Das 87% que não conhecem nenhuma unidade de informação ou página da Internet referente à mulher, a maioria expressou o desejo de conhecer.

Ao que parece, o grupo de mulheres, em questão, está à margem da “sociedade das redes”, considerada por Escobar (1999), essencial para o novo tipo de comunidade transacional de imagem virtual; dos

novos atores políticos, tais como as Mulheres na rede, (*Women on the Net–WON*); e da utopia de um mundo democrático, e globalizado. Em todas estas concepções, as redes são facilitadas pela tecnologia da informação, particularmente pela Internet.

No Brasil, em particular em Santa Catarina, as informações referentes à mulher, principalmente as disponibilizadas via rede, ainda não alcançam os níveis desejados, mas já constituem uma massa crítica considerável. No entanto, em nenhum momento, as entrevistadas demonstraram, ter ouvido falar de redes ou de grupos que tratem de temas que dizem respeito à sua condição de profissional e de mulher.

Quanto à idéia de criar uma biblioteca, em Santa Catarina, específica de temas referentes à mulher, 64% das entrevistadas acham que seria muito útil. No que diz respeito a uma bibliografia de temas referentes à mulher, 80% consideram a imprensa o melhor meio de divulgação, entretanto, 50% delas também citaram a Internet. Foi sugerida ainda a divulgação por outros meios, destacando-se: jornais, folders, revistas especializadas, murais de bibliotecas, imprensa falada e lojas de roupas femininas.

Metade das entrevistadas, 50%, afirmaram conhecer algum tipo de publicação que trata de temas referentes à mulher, e citaram, em maioria, revistas femininas, e entre estas, 10% também citaram livros. 23% não conhecem nenhuma publicação, e 27% omitiram a resposta.

Quanto aos programas que tratam de temas referentes à mulher, 54,3% conhecem algum tipo de programas de TV, 7,1% responderam que não lembram, 5,7% afirmaram que não conhecem nenhum programa e 32,9% não responderam. Os programas são os mais variados possíveis e de diversas emissoras de TV, predominando os dirigidos por mulheres, sem obrigatoriamente serem dedicados exclusivamente à mulher.

Quanto aos filmes, 30% das entrevistadas conhecem e citaram filmes que tratam de temas que dizem respeito à mulher, 14,3% afirmam que conhecem, mas não lembram o título ou não assistiram; 24% disseram que não conhecem nenhum filme sobre a mulher, e 41,4% não responderam a essa pergunta.

2.2 INFORMAÇÃO PARA EXERCER A CIDADANIA

Os temas considerados mais úteis, que as entrevistadas gostariam que fossem disponibilizados na Internet, para satisfazer suas necessidades de informação, enquanto cidadã e profissional, foram agrupados, na Tabela 2, de acordo com a importância priorizada pelas entrevistadas: máxima importância, importância razoável, pouca importância e nenhuma importância.

Educação obviamente é o tema mais relevante, considerado de máxima importância por 98,6% das entrevistadas; apenas 1,4% delas considerou o tema de importância razoável. Saúde foi o segundo tema mais citado. Observa-se que, alguns temas, discutidos no momento, como aids, droga etc., não foram citados, provavelmente estão incluídos em outros temas, como, por exemplo, saúde ou segurança.

As questões do gênero foram citadas como de máxima importância por 87,2% das entrevistadas, entretanto, 11,3% consideram de importância razoável; 1,4%, exatamente uma entrevistada, considerou esse tema de pouca importância. O que chama a atenção é que uma professora do sexo feminino relegue a segundo plano um tema que lhe diz respeito.

O interesse por informações referentes à violência urbana, como se pode observar na Tabela 2, sobrepõe-se a temas como ciência, cultura, lazer etc., até mesmo à segurança, o que reflete, de certa forma, a atual onda de violência que está afetando nossa sociedade. Apesar de 80% das entrevistadas considerarem as notícias econômicas como de importância máxima, apenas 61,4% citaram as listas de produtos de primeira necessidade, e 52,9% as listas de preços de supermercado.

Restaurantes, roteiro de viagem, orientação espiritual e psicológica foram os temas considerados importantes por um menor número de entrevistadas, menos de 50%. Orientação psicológica foi o tema menos citado, como de importância máxima, porém o tema considerado de nenhuma importância, pelo maior número de entrevistadas, 15,7%, foi orientação espiritual.

Embora predominem educação, saúde e política, são muito amplas as opções temáticas de informações que podem suprir as necessidades de informação da mulher catarinense, em suas atividades profissionais e como cidadã.

Tabela 2: Temas úteis para as mulheres

Temas	Total	Máxima Import.		Import. Razoáv.		Pouca Import.		Nenhu. Import.	
		No vez	%	No vez	%	No vez	%	No vez	%
Citados *	Cita								
Educação	70	69	98,6	1	1,4	-	-	-	-
Saúde	70	69	98,6	1	1,4	-	-	-	-
Política	70	64	91,4	5	7,1	1	1,4	-	-
Gênero	70	61	87,2	8	11,3	1	1,4	-	-
Mercado trab.	70	61	87,2	9	12,8	-	-	-	-
Violência urb.	70	57	81,4	13	18,6	-	-	-	-
Ciência	70	56	80,0	13	18,6	1	1,4	-	-
Notícias econ.	70	56	80,0	14	20,0	-	-	-	-
Meio ambien.	70	55	78,6	14	20,0	1	1,4	-	-
Tecnologia	70	54	77,2	15	21,4	1	1,4	-	-
Lazer	70	51	72,9	18	25,7	1	1,4	-	-
Segurança	70	50	71,5	19	27,1	1	1,4	-	-
Artes	70	49	70,0	19	27,1	2	2,9	-	-
Eventos cult.	70	48	68,5	22	31,5	-	-	-	-
Meios transp.	70	47	67,1	23	32,9	-	-	-	-
Prim. Socorr.	70	45	64,2	23	32,9	-	-	2	2,9
Esporte	70	44	62,9	16	22,9	9	12,9	1	1,4
Prod.Prim.Nec	70	43	61,4	26	37,1	1	1,4	-	-
Farmác. Plant	70	40	57,1	28	40,0	2	2,9	-	-
Preç. Superm.	70	37	52,9	28	40,0	-	-	5	7,1
Restaurantes	70	34	48,6	21	30,0	7	10,0	8	11,4
Orient. Espirt.	70	32	45,7	21	30,0	6	8,6	11	15,7
Rotei. Viagem	70	32	45,7	22	31,5	8	11,4	8	11,4
Orient. Psicol.	70	31	44,3	28	40,0	2	2,9	9	12,8

* Os seguintes temas citados apresentam-se abreviados: mercado de trabalho, violência urbana, notícias econômicas, meio ambiente, eventos culturais, meios de transporte, primeiros socorros, produtos de primeiras necessidades, farmácia de plantão, preços de supermercado, orientação espiritual, roteiro de viagem e orientação psicológica.

As entrevistadas foram unânimes em concordar que a informação pode ajudar a mulher a exercer sua cidadania com maior dignidade, destacando-se, entre as justificativas, o fato de “a informação proporcionar o poder do conhecimento de seus direitos”; “o acesso à informação

faz a mulher se reconhecer como parte importante da sociedade”; “o acesso à informação cria pessoas críticas e preocupadas em desempenhar seu papel de cidadão”; “o acesso à informação garante a formação de novos cidadãos, dignos para exercer sua cidadania de forma mais capaz de transformar o mundo”; e “... Uma pessoa forte vai além, e é no além que mora o cidadão”.

Também concordam 100% que a informação pode ajudar a diminuir as diferenças econômicas e sociais, a discriminação racial e a violência. E justificam suas opiniões apontando a informação como forma de quebrar preconceitos e de dar melhores oportunidades de trabalho, enquanto a desinformação é uma ferramenta de exclusão.

Destacam-se algumas afirmativas que reiteram a importância da informação como instrumento de inclusão social: “A informação transforma, faz a pessoa reavaliar seus conceitos a partir do momento em que conhece outros pensamentos [...]”; “A informação é a arma da modernidade, a grande ferramenta para destruir preconceitos e pragmatismos”; “As diferenças sociais acontecem porque a informação vem em doses homeopáticas e são muito tendenciosas”; “As pessoas bem informadas, sabem falar melhor, argumentar e apresentar propostas para a melhoria dos fatos [...]”; “A informação nos alerta sobre injustiças e violência”; “A informação age diretamente no comportamento e nas chances que as mulheres teriam em derrubar preconceitos, arrumar empregos melhores, o que minimizaria as diferenças sociais”; “Desinformação é tática para o poder continuar inabalável”.

Quanto às opiniões sobre a mulher na atualidade e em particular em sua comunidade, 48,6% % das entrevistadas consideram que a mulher conquistou espaços, é reconhecida e de certa forma valorizada. Não é mais o sexo frágil, como alguns pensam, e sim é uma fortaleza, como sempre foi, uma heroína. 28,5% consideram que ainda estão conquistando seu espaço, sua liberdade, mas, ainda são discriminadas, principalmente em termos salariais. 20% delas têm uma visão mais pessimista e acham que ainda são vistas como o sexo frágil, domésticas, oprimidas e seres inferiores. E 2,9% não opinaram.

Destacam-se algumas afirmativas mais objetivas e mais representativas das diversas opiniões: “Hoje a mulher é vista como uma pessoa tão capaz quanto o homem”; “A mulher está cada vez mais ativa e

participante [...]”; “A mulher está mais independente e mais forte. Acredito que seja fruto da luta das feministas que está aí para derrubar mitos”; “Embora as mulheres tenham conseguido um espaço melhor na sociedade, ainda sofrem opressão”; “Submissas, semi-analfabetas, conservando tradições”; “A mulher negra, pobre, etc., continua sendo oprimida e explorada, muitas vezes pela própria mulher branca e rica. Ainda mora um problema, o gênero nos une, mas a diferença de classe social nos separa e nos torna inimigas”; “Acho que a mulher tem um papel lindo que é o de educar a família. Não vejo isso como um fardo, vejo isso como um dom”.

As opiniões são variadas e até antagônicas, seguramente estão relacionadas à realidade da comunidade onde vivem, envolvendo questões sociais, econômicas e culturais. A igualdade de condições, em questão de gênero, parece ainda ser uma utopia para muitas mulheres.

As mulheres são muito mais instruídas hoje, do que há 30 anos, ultrapassam os homens no que diz respeito à formação educacional, mas em termos salariais e de oportunidades profissionais não se equiparam aos homens. Reitera-se aqui a constatação de Costa (2001), que, “Na grande maioria dos casos, os salários das mulheres brasileiras são 25% menores do que os dos homens – para a mesma jornada de trabalho e com o mesmo nível educacional”.

Da mesma forma que, nos séculos passados existiam mulheres emancipadas, que desafiaram a estrutura social vigente e quebraram tabus, no presente milênio ainda existem mulheres desinformadas e machistas. Muitas ainda preferem salvaguardar a harmonia familiar em detrimento da sua realização como profissional e cidadã. De certa forma, as diferenças socioeconômicas das comunidades podem ser determinantes do papel e da situação da mulher na sociedade.

2.3 MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Os meios de acesso à informação diferem de acordo com necessidades específicas e podem ser consultados através do uso de bibliotecas, nas próprias fontes de informação e através do uso do computador.

2.3.1 Uso de bibliotecas

Em todas as escolas da amostra existe uma biblioteca, apesar de apenas 30% das entrevistadas considerarem que ela atende às suas necessidades de informação. Quanto à frequência de uso da biblioteca, 24,3% afirmaram que a usam com frequência, 30% usam de vez em quando, 24,3% raramente, e 21,4% nunca a usam.

Os motivos pelos quais usam, ou deixam de usar biblioteca são: para estudar e preparar aulas, respondido por 30% das entrevistadas; 27,1% usam para pesquisa e consulta; 2,9% usam para buscar novas informações; 20% não usam, ou usam raramente, porque consideram que o acervo é desatualizado e não atende às suas necessidades; 11,4% usam sua coleção particular; 5,7% não a usam por problemas de falta de espaço, organização e silêncio; e 2,9% não justificaram o porquê do não uso da biblioteca escolar.

Salienta-se que algumas respostas deixaram claro que usam raramente porque preferem preparar as aulas na sala dos professores. O que demonstra que a biblioteca é vista mais como um espaço para se desenvolver tarefas, do que como um local de pesquisa.

Isto leva a refletir, sobre o papel que a biblioteca está desempenhando na escola e que medidas seriam mais urgentes para modificar esta realidade. Se uma reestruturação imediata do sistema de bibliotecas da rede estadual de ensino ou se a implantação de uma política de conscientização da importância do uso da biblioteca escolar.

A questão do pouco ou indevido uso da biblioteca pode ser amenizado levando-se em consideração que, 80% das entrevistadas têm bibliotecas particulares, cujos acervos, vão de 30 a 500 volumes, portanto, usam suas próprias fontes de informação.

2.3.2 Uso das fontes de informação

No que se refere à consulta a algum tipo de fonte, para satisfazer suas necessidades de informação, 100% das entrevistadas, buscam diferentes fontes, conforme as necessidades, especificadas na Tabela 3, para tomar decisões pessoais, decisões profissionais, exercer o magistério e se atualizar.

Conforme Tabela 3, as três fontes mais citadas foram: livros, com 149 citações; revistas, com 114; e jornais, citados 109 vezes. Os livros foram mais usados, principalmente, para satisfazer as necessidades de informação, no exercício do cargo de magistério, citado 66 vezes, o que representa 44,3% do total de citações referentes a este tipo de fonte. Observa-se que, os livros são usados, em segundo lugar, como fonte para de atualização, com 30,2% de suas citações, e também, nas tomada de decisões.

Aproximadamente 53% das entrevistadas não souberam precisar a data que leram o último livro, 16% leram há menos de três meses, e 31% leram há três ou mais meses. Apenas 18,6% delas costumam pedir livros emprestados. No que se refere à compra de livros, 42,9% o fazem raramente, 40% compram de vez em quando, 11,4% compram freqüentemente e, apenas, 5,7% nunca compram.

Os resultados destes estudo não alcançam exatamente os mesmos percentuais, mas seguem a mesma tendência, dos dados de uma pesquisa realizada pela *Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro*, que descobriu que 95% dos 550 mil freqüentadores que visitam anualmente as 21 bibliotecas da cidade são mulheres. Segundo dados do *Sindicato Nacional de Editores e Livreiros* (SNEL), as mulheres também representam 70% do mercado comprador de livros (COSTA, 2001).

Tabela 3: Fontes onde buscam informações

Necessidades Fontes*	Total de citações	Decisões Pessoais		Decisões Profissionais		Exercer Magistério		Para se Atualizar	
		No cita	%	Nº cita	%	Nº cita	%	Nº cita	%
Livros	149	7	4,7	31	20,8	66	44,3	45	30,2
Revistas	114	3	2,6	17	14,9	31	27,2	63	55,3
Jornais	109	3	2,7	16	14,7	29	26,6	61	56,0
Amig.Col.	97	57	58,8	28	28,9	7	7,2	5	5,1
Eventos	91	2	2,2	11	12,1	24	26,4	54	59,3
Parentes	71	57	80,3	9	12,7	1	1,4	4	5,6
TV	75	1	1,3	3	4,0	7	9,3	64	85,3
Internet	58	1	1,7	2	3,5	10	17,2	45	77,6
Prog rádio	48	1	2,1	1	2,1	4	8,3	42	87,5
Orie. Esp.	38	28	73,7	2	5,3	6	15,7	2	5,3

* Nome de algumas fontes citadas foram abreviadas: amigos, colegas, programa de rádio e orientação espiritual.

As revistas e jornais, conforme Tabela 3, também tiveram bons percentuais de citação como fonte de atualização, no entanto, a TV é o meio mais usado, citado 64 vezes, o que representa 85,3% do total de citações referentes a este tipo de fonte. Os programas de rádio, apesar de menos citados, se prestam, quase que exclusivamente, como fonte de atualização. De certa forma, os dados reiteram o alto grau de influencia que os meios de comunicação de massa, não impressos, exercem, em detrimento da leitura, na atualização pessoal, como contatou Nascimento e Weschenfelder (2002).

Interessante salientar que a Internet foi citada, como fonte de busca de informação, 58 vezes, principalmente para se atualizar, o que corresponde a 77,6 do total. No entanto, quando especificaram para que usam o computador da escola, apenas uma entrevistada citou a Internet. Fato que leva a se afirmar que, as professoras entrevistadas, usam a Internet fora da escola.

As fontes informais, amigos, colegas e parentes, foram mais consultadas para subsidiar a tomada de decisões pessoais e profissionais. Orientação espiritual foi a fonte menos citada, 38 vezes, sendo que, 73,7% das citações, foram para tomar decisões pessoais.

2.3.3 Uso do Computador

Das setenta entrevistadas, 81,4% afirmaram ter computador em suas escolas, e 18,6% disseram não ter. Algumas declararam que o professor não tem acesso ao mesmo, pois, quando há, o computador é restrito à administração da escola.

Quanto à frequência de uso do computador, na escola, 5,7% das entrevistadas usam frequentemente, 1,4%, que corresponde a uma professora, usa de vez em quando, 34,3% raramente e 58,6% nunca usam.

Os motivos pelos quais as entrevistadas usam ou deixam de usar o computador da escola são: para digitar provas, 18,6%; para pesquisa e buscar informações 5,7%; para preparar aulas 2,9%; só usa quando necessário 2,9%; e apenas 1,4% para consultar a Internet; 10% responderam que não usam o computador da escola porque têm o seu próprio em casa; 32,9% afirmaram que o computador é para uso da administração e secretaria da escola; 21,4% disseram que não é permitido o acesso ao professor; 1,4% disse que falta de orientação do uso da sala de informática; 1,4% afirmou que não existe ainda uma grande necessidade e 1,4% omitiu a resposta.

Afirmativas tais como “é difícil ter acesso e quando tem o tempo é limitado”; “faço buscas para preparar aulas, mas nem sempre encontro novidades”; “infelizmente não é do nosso acesso”; “falta informação de como funciona a sala de informática”; “porque o computador não é para dar aula”; “não existe ainda uma grande necessidade”, demonstram que não estão fazendo uso do computador como instrumento de pesquisa e que o uso da Internet ainda não é uma praxe na escola.

Há uma tendência predominante, como apontou Furnival (1998), de se acreditar que as redes eletrônicas são abertas, democráticas e facilmente acessíveis. Entretanto está devidamente comprovado que as redes existentes são altamente exclusivas e de difícil acesso, e assim mantêm e consolidam, no plano virtual, um monopólio para uma minoria de privilegiados.

Portanto, com base nos resultados obtidos nesta pesquisa, pode-se afirmar que é imprescindível a implantação de laboratórios de informática nas escolas da rede estadual de ensino, com a devida orientação de seu uso, para que as professoras possam aplicar os recursos das novas tecnologias de informação em sua prática didático pedagógica. Também é urgente a necessidade de se facilitar o acesso à informação, independente do meio ou suporte físico em que esteja registrada, e, principalmente, tornar viável o uso das novas tecnologias da informação.

3 CONCLUSÕES

Pode-se traçar o perfil das setenta professoras entrevistadas, como mulher de cor branca, de faixa etária mediana, solteira, católica, graduada e com conhecimento de idiomas estrangeiros, o que lhe dá melhor capacidade de comunicação e possibilidade de acesso à informação divulgada foras das fronteiras brasileiras.

As professoras são preparadas e se autoconsideram autônomas no lar, mas mesmo em uma profissão predominantemente feminina, ainda não têm poder de decisão. Valorizam a informação, mas não estão bem informadas sobre as questões do gênero. São, em maioria, omissas as temáticas da mulher.

Algumas entrevistadas parecem bem conscientes da necessidade de emancipação da mulher na sociedade atual, mas há ainda quem mantenha uma postura da imagem feminina bem conservadora, apesar de serem unânimes em concordar que a informação pode ajudar a diminuir as diferenças e contribuir para sua emancipação.

As entrevistadas usam várias fontes de informação, principalmente o livro. Os meios de comunicação de massa são mais usados para a atualização pessoal. E, a comunicação informal, supre suas necessidades de informação na hora da tomada de decisões pessoais e profissionais.

O acesso à informação através da Internet, ainda não é uma praxe na escola. Se as redes eletrônicas podem ser consideradas elitistas, no que diz respeito ao privilégio de acessibilidade, tanto para certas regi-

ões geográficas, quanto para determinados grupos sociais, seguramente o grupo de mulheres, principalmente o de categorias menos favorecidas, como no caso, de professoras, não dispõe de facilidades de acesso às redes eletrônicas e ao conteúdo das informações nelas contidas. Para reverter este quadro, bibliotecários e profissionais da informação precisam trabalhar a informação de forma a disponibilizá-la democraticamente para grupos, categorias e regiões menos favorecidas.

Se a Internet possibilita transcendência geográfica, social e cultural, pode estimular mudanças na vida da mulher, derrubar muitas barreiras nas estruturas familiares, sociais e nos padrões políticos e econômicos. Pode, inclusive, derrubar estereótipos da mulher, tais como meigas, passivas, ou, como analisa Cunha (1998), nos romances dos anos de 40 a 60: ricas, felizes, e loiras [...] Ou quebrar a disputa dos paradigmas de sexualidade feminina predominante, que, segundo Martucci (1996), oscila entre Maria pura e Eva corrompedora.

Portanto concluí-se que é urgente e imprescindível: reestruturar as bibliotecas da rede estadual de ensino; implantar laboratórios de informática; proporcionar maior facilidade de acesso à informação, principalmente, sobre o gênero; que se disponibilize a Internet para facilitar a democratização da informação, permitindo o acesso a novos conhecimentos, e contribuindo para a conscientização e emancipação da mulher para que ela exerça sua cidadania com dignidade.

Abstract

Information needs and mechanisms of search by women of Santa Catarina, Brazil. A sample of seventy high school female teachers of Florianópolis city was selected for the study. The dates were obtained through application of a questionnaire followed by interview. In all schools has a small library and the book is the most important source of information. But just 13% of the sample knows some publication, library or database about gender and little use the Internet. Almost 80% of them have self-

determination, but only 30% has work's decision power. Information is recognized as a strategic social resource by 100% of the sample. They agree too that information can reduce the social differences. It is crucial improve school libraries and informatics labs. Information access can guarantee women's rights as citizens.

Key-words

INFORMATION AND GENDER

INFORMATION AND CITIZENSHIP

WOMEN OF SANTA CATARINA STATE, BRAZIL

INFORMATION NEEDS

HIGH SCHOOL TEACHERS

Artigo aceito para publicação em 02.12.03

REFERÊNCIAS

ABATH, Raquel J. ; IRELAND, Timothy. D. Os grupos de mulheres no Estado da Paraíba na conjuntura de novos espaços: um estudo de caso. *Inf. & Soc.*: Est., João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 45-63, 1998.

ARAUJO, E. A de; LIMA, K. A Internet, identidade cultural e regionalismo: inclusão ou exclusão informacional? *Inf. & Soc.*: Est., João Pessoa, v. 10, n. 2, p.159-172, 2000.

BÍBLIA de estudo da mulher. Belo Horizonte: Atos, 2002. 142 p.

BIBLIOTECA virtual da mulher - BVM. Disponível em: < <http://www.prossiga.br/bvmulher/cedim/index.html>>. Acesso em: 20 jun. 2002.

CARDOSO, Auzenda. A mulher e o poder de decisão na Guiné-Bissau. Cooperação Informação e Desenvolvimento - CIDAC. 2001. Disponível em: <<http://homepage.esoterica.pt/~cidac/mulher-gb.html>> Acesso em: 20 dez. 2001.

CASADO, Elias Sanz. *Manual de estudos de usuários*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Pirámede, 1994. 228 p.

CENTRO de Informação da Mulher - CIM. Disponível em: < <http://www.panix.com/~imediata/cim.html>> Acesso em: 20 jun. 2002.

CONSEJO Nacional de la Mujer. ¿Que es el Programa Federal de la Mujer? Disponível em: <<http://www.cnm.gov.ar/institucional/pfde.html>> Acesso em: 20. jun. 2002.

CONSELHO Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Brasil apresenta senso da atividade científica. Disponível em: <http://www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/cie_censo_ativ_cient.asp> Acesso em: 20 jun. 2002.

CONSULADO da Mulher. Disponível em: <<http://www.consuladodamulher.com.br>> Acesso em: 21 nov. 2002

COSTA, Patrícia. A força do sexo frágil. *Diga lá*. Rio de Janeiro, n. 18, p. 2-5, jan./fev. 2001.

CUNHA, M.T.S. Mulheres e romances: uma intimidade radical. *Cadernos CED*, Campinas, n. 45, p. 100-108, 1998.

DUARTE, C. Lima. *Grandes Mulheres brasileiras* – Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro - séc. XIX. Disponível em: < <http://www.atentamento.org.br> > Acesso em: 18 mar. 2001.

ESCOBAR, Arturo. Gender *Place and Networks*: A political ecology of cyber culture. In: Women@Internt. London: Zed Books, p.31-54, 1999.

ESMERALDO, Gema G.S.L. Falando de gênero para informar e formar consciência. *Inf. & Soc.:* Est., João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 68-78, 1977.

FERREIRA, Maria Mary. Gênero como categoria de análise na biblioteconomia. In: CONGRESSO BRAILEIRO DE BIBLIOTRECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 18. São Luís, *Anais...* São Luiz, jul. 1997. (disquete).

FUNIVAL, Adriano. C. Redes de cooperação internacional: uma janela de oportunidades para os países recém industrializados? *Perspect. Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 115-123, 1998.

GIROLLA, Nilza Nelci. (org.) *Medalha de Mérito Antonieta de Barros*: indicadas pelo Gabinete da Deputada Estadual Ideli Salvatii. Florianópolis: Editora Gráfica Agnus, 2001, 66 p.

GOULEY, Brenda. Women in higher education. *Newsletter*, v. 7, n. 4, p. 1, 2001.

HOLLIS, Judi. *Gordura*: as mulheres e a obsessão por comida. São Paulo: Mandarin, 1996, 322 p.

IFU - INTERNATIONALE FRAUENUNIVERSITÄT (International Women University). Project area Information. Hamburg, jul./out. 2000. Disponível em: < www.ifu.uni-hamburg.de > e em: < www.vifu.de > Acesso em: 20 dez. 2000.

MARTUCCI, E.M.A. A feminização e a profissionalização do magistério e da biblioteconomia: uma aproximação. *Perspectiva Ci. Inf.*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 225-244, 1996.

MICHAEL, A.; DIAS, M.C.; PAIVA, A. Mulher poder: os passos de uma conquista. *Época*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 95, p. 58-65, 13 mar. 2000.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. *Experiência como participante da Internationale fruenuiversität – IFU, mundialmente conhecida como International Women University*. Palestra proferida na abertura do semestre letivo do Curso de Biblioteconomia da FAED-UDESC. Florianópolis, março de 2001.

NASCIMENTO, Maria de Jesus; WESCHENFELDER, Sara. *Necessidade de informação do político catarinense*: estudo de usuário aplicado aos deputados estaduais. Florianópolis: UDESC-CNPq/PIBIC. Relatório de pesquisa. 2000. 68 p.

NASCIMENTO, Maria de Jesus; WESCHENFEDER, Sara. *Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis*: estudo de usuário. *Inf. & Soc.*: Est. João Pessoa, v. 12, n. 1, p. 252-289, 2002.

NASCIMENTO, Maria de Jesus. Women's subject classification. Hamburg: Ifu – Univ. Hamburg. 2000. Disponível em: <www.ifu.uni-hamburg.de/webpace/knowledge/infodb/class.html> Acesso em: 20 dez. 2000.

PERÉZ, M.C.; SABELLI, M. Aplicación del paradigma alternativo a un estudio de usuario en el área de la información en ciencias sociales en el Uruguay: un aporte metodológico. *Informatio*, v. 1, n. 1, p. 53-62, 1995.

PITANGUY, Jaqueline. O feminismo hoje. *Veja*, Edição especial Mulher. São Paulo, ano 34, n. 48, p. 48, dez. 2001.

POLÍTICAS Permanentes da CUT/SC: Comissão estadual da Mulher Trabalhadora. Disponível em: <<http://www.cut-sc.org.br/cemt.html>> Acesso em: 20 jun. 2002.

REDE Mulher de Educação-RME. *A rede mulher de educação*. São Paulo: RME. 2002. Disponível em < <http://www.redemulher.org.br>. > Acesso em: 20 jun. 2002.

SANTA CATARINA (Estado). Secretaria do Estado da Justiça e Cidadania. Cidadania – Conselho Estadual da Mulher: *Legislação*. Florianópolis: SJC, 1999. Disponível em: <<http://www.sjc.sc.gov.br/cidadania/cem.html>.> Acesso em: 20 jun. 2002.

SHUMAER, S. (coord.) *Marcas femininas na história*: dicionário ilustrado Mulheres do Brasil. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Humano (RDE); Artes sem fronteiras. 2000. Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/jornal/suplem/fem.00/01/08/fe14.html>> Acesso em: 10 dez. 2000.

SIMONETTI, Eliana G. Elas venceram. *Veja*, São Paulo, ano 33, n. 45, p. 125-132, dez. 2000.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres*: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Cadernos Maxistas. 2001. 126 p.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. Human development report. 1977. New York: Oxford University Press. 1997.

VÁRZEA, Mariana. *O feminismo no Brasil*. Disponível em: <<http://bolsademulher.com.revista.html>> Acesso em: 20 jun.2002.

WOLF, Sônia. *Comentários da participação do site Mulher Governo na oficina para inclusão digital*. Brasília, 2002. Disponível em: <www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno/art>. Acesso em: 20 jun. 2002.